

Artigo 41 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá efeitos enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de julho de 2020
JOÃO DORIA
Nivaldo Cesar Restivo
 Secretário da Administração Penitenciária
Sergio Henrique Sá Leitão Filho
 Secretário da Cultura e Economia Criativa
Rosseli Soares da Silva
 Secretário da Educação
Henrique de Campos Meirelles
 Secretário da Fazenda e Planejamento
Paulo Dimas Debellis Mascaretti
 Secretário da Justiça e Cidadania
José Henrique Germann Ferreira
 Secretário da Saúde
João Camilo Pires de Campos
 Secretário da Segurança Pública
Patrícia Ellen da Silva
 Secretária de Desenvolvimento Econômico
Marco Antônio Scarasati Vinholi
 Secretário de Desenvolvimento Regional
Celia Kochen Parnes
 Secretária de Desenvolvimento Social
Rodrigo Garcia
 Secretário de Governo
João Octaviano Machado Neto
 Secretário de Logística e Transportes
Mauro Ricardo Machado Costa
 Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão
Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga
 Secretário de Transportes Metropolitanos
Antonio Carlos Rizeque Malufe
 Secretário Executivo, respondendo pelo expediente da Casa Civil
 Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 13 de julho de 2020.

Decretos

DECRETO Nº 65.061, DE 13 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais, no contexto da pandemia de COVID-19, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a recomendação conjunta do Centro de Contingência do Coronavírus e do Centro de Vigilância Epidemiológica, ambos da Secretaria da Saúde (Anexo);

Considerando a necessidade constante de conter a disseminação da COVID-19 e garantir o adequado funcionamento dos serviços de saúde,

Decreto:

Artigo 1º - As aulas e demais atividades presenciais suspensas no âmbito da rede pública estadual de ensino, nos termos do Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, bem como no âmbito das instituições privadas de ensino, por força do disposto no Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, observarão, para fins de retomada, as diretrizes do Plano São Paulo, instituído pelo Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, e o disposto neste decreto.

Artigo 2º - A retomada das aulas e demais atividades presenciais no Estado de São Paulo se dará em três etapas, às quais corresponderão diferentes graus de restrição, observada a capacidade das unidades de ensino, na seguinte conformidade:

I – Etapa I: presença de até 35% do número de alunos matriculados;

II – Etapa II: presença de até 70% do número de alunos matriculados;

III – Etapa III: presença de 100% do número de alunos matriculados.

Parágrafo único - Em quaisquer das etapas a que alude o "caput" deste artigo, enquanto perdurar a medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, é vedada a realização de atividades que possam gerar aglomeração.

Artigo 3º - A retomada das aulas e demais atividades presenciais em cada unidade de ensino se iniciará com a implementação da Etapa I, desde que, cumulativamente:

I – a área em que localizada a unidade esteja classificada nas fases amarela ou verde;

II – no período anterior de 28 dias consecutivos, observe-se o seguinte:

a) nos primeiros 14 dias, áreas que representem 80% da população do Estado estejam classificadas nas fases amarela ou verde;

b) nos 14 dias subsequentes, a totalidade do território estadual esteja classificada nas fases amarela ou verde.

§ 1º - Para fins do disposto neste artigo, consideram-se áreas as regiões definidas nos termos do item 1 do § 3º do artigo 3º do Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020.

§ 2º - A passagem das unidades de ensino:

1. para a Etapa II, dependerá da classificação, por 14 dias consecutivos, na fase verde, de áreas que concentrem no menos 60% da população do Estado;

2. para a Etapa III, dependerá da classificação, por 14 dias consecutivos, na fase verde, de áreas que concentrem no menos 80% da população do Estado.

§ 3º - Na hipótese de que uma área venha a ser reclassificada nas fases vermelha ou laranja, as respectivas unidades de ensino suspenderão, imediatamente, as aulas e atividades presenciais.

§ 4º - As instituições de ensino superior e de educação profissional poderão retomar atividades presenciais práticas e laboratoriais, bem como, nos cursos de medicina, farmácia, enfermagem, fisioterapia e odontologia, as atividades de internato e estágio curricular obrigatório, desde que as respectivas unidades:

1. localizem-se, no período anterior de 14 dias consecutivos, na fase amarela;

2. limitem a presença a até 35% do número de alunos matriculados.

Artigo 4º - Fica recomendada a adoção, por todas as instituições de ensino que funcionem no território estadual, de protocolos sanitários gerais, alusivos ao funcionamento de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, bem como de protocolos específicos para o setor da educação, no contexto da pandemia de Covid-19.

§ 1º - Os protocolos gerais e específicos de que trata o "caput" deste artigo estão disponíveis no sítio eletrônico www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/planosp.

§ 2º - As instituições de ensino de que trata o "caput" deste artigo divulgarão, às respectivas unidades, os protocolos sanitários efetivamente adotados, bem como deverão assegurar sua observância.

Artigo 5º - No âmbito das instituições públicas de ensino de outros entes da Federação, localizadas no Estado de São Paulo, fica recomendada a observância do disposto neste decreto, no que couber.

Artigo 6º - A Secretaria da Educação poderá, mediante ato próprio, editar normas complementares necessárias à execução deste decreto.

Artigo 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de julho de 2020
JOÃO DORIA
Gustavo Diniz Junqueira
 Secretário de Agricultura e Abastecimento

Patrícia Ellen da Silva
 Secretária de Desenvolvimento Econômico
Sergio Henrique Sá Leitão Filho
 Secretário da Cultura e Economia Criativa
Rosseli Soares da Silva
 Secretário da Educação
Henrique de Campos Meirelles
 Secretário da Fazenda e Planejamento
Flavio Augusto Ayres Amary
 Secretário da Habitação
João Octaviano Machado Neto
 Secretário de Logística e Transportes
Paulo Dimas Debellis Mascaretti
 Secretário da Justiça e Cidadania
Marcos Rodrigues Penido
 Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente
Celia Kochen Parnes
 Secretária de Desenvolvimento Social
Marco Antonio Scarasati Vinholi
 Secretário de Desenvolvimento Regional
José Henrique Germann Ferreira
 Secretário da Saúde
João Camilo Pires de Campos
 Secretário da Segurança Pública
Nivaldo Cesar Restivo
 Secretário da Administração Penitenciária
Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga
 Secretário dos Transportes Metropolitanos
Aildo Rodrigues Ferreira
 Secretário de Esportes
Vinicius Rene Lummertz Silva
 Secretário de Turismo
Celia Camargo Leão Edelmuth
 Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Julio Serson
 Secretário de Relações Internacionais
Mauro Ricardo Machado Costa
 Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão
Antonio Carlos Rizeque Malufe
 Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia
 Secretário de Governo
 Publicado na Secretaria de Governo, aos 13 de julho de 2020.

ANEXO

a que se refere

o Decreto nº 65.061, de 13 de julho de 2020
 NOTA TÉCNICA CONJUNTA DO CENTRO DE CONTINGÊNCIA DO CORONAVÍRUS E DO CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

SECRETARIA DA SAÚDE
 O combate à pandemia no Estado de São Paulo evolui conforme as respostas às medidas que o Estado vem adotando para desacelerar a curva epidemiológica e, ao mesmo tempo, ampliar a capacidade do sistema de saúde. A constante avaliação da dinâmica da transmissão da doença no território estadual permite observar uma melhoria dos indicadores epidemiológicos na capital e nas sub-regiões sudeste e sudoeste da Grande São Paulo, locais onde a pandemia se iniciou e se disseminou mais rapidamente. Por outro lado, vem ocorrendo um processo de interiorização da pandemia com crescimento do número de casos fora da Região Metropolitana da Grande São Paulo, fenômeno observado em todo o Brasil e não somente no Estado de São Paulo.

A partir do monitoramento dos indicadores epidemiológicos por áreas de abrangência dos Departamentos Regionais de Saúde, foi possível iniciar a retomada consciente de atendimento presencial ao público em setores econômicos de forma regionalizada, no âmbito do Plano São Paulo, seguindo regras de ocupação máxima, restrição de horários e protocolos setoriais, com vistas à manutenção do distanciamento social mínimo como forma de reduzir a velocidade do contágio.

O setor educacional por suas especificidades e, especialmente, por movimentar diariamente cerca de um terço da população de todo o Estado, exigiu uma análise particular para estimar, com segurança e responsabilidade, o potencial impacto na transmissão da doença em razão da retomada das aulas e atividades presenciais.

No cenário atual, o Centro de Contingência e a Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo recomendam que o setor da educação retome as atividades presenciais somente quando todo o território estadual se estabilizar por 28 dias na fase amarela do Plano São Paulo. Isto é, a partir do momento em que todo o território paulista apresentar sinais de redução da velocidade da transmissão do Sars-CoV-2, o vírus causador da doença Covid-19. Esses sinais de redução devem ser sustentados por, pelo menos, 28 dias, período considerado razoável para aferir a mencionada estabilização da curva epidemiológica.

Recomendamos, ainda, que a retomada das aulas e atividades presenciais ocorra de forma gradual e responsável, atendendo-se às regras de distanciamento social e evitando-se nova aceleração da transmissão da infecção. Para tanto, recomenda-se que a retomada seja modular, em etapas, considerando aumento paulatino do limite diário de pessoas circulando no Estado.

O avanço para uma etapa subsequente com percentual maior de estudantes e profissionais da educação circulando diariamente deve estar condicionado à melhoria dos indicadores epidemiológicos, de modo que dependerá da classificação por 14 dias consecutivos, na fase verde, de áreas que concentrem no menos 60% da população do Estado. O avanço para a terceira etapa dependerá da classificação, por 14 dias consecutivos, na fase verde, de áreas que concentrem no menos 80% da população do Estado.

Os percentuais propostos para cada etapa, e validados pelo Centro de Contingência, foram: etapa I até 35% do número de alunos matriculados; etapa II até 70% do número de alunos matriculados; e etapa III 100% do número de alunos matriculados.

As instituições de ensino superior e de educação profissional poderão retomar atividades presenciais práticas e laboratoriais, bem como, nos cursos de medicina, farmácia, enfermagem, fisioterapia e odontologia, as atividades de internato e estágio curricular obrigatório, desde que as respectivas unidades localizem-se em área que esteja, no período anterior de 14 dias consecutivos, na fase amarela, e limitem a presença a até 35% do número de alunos matriculados em cursos que obrigatoriamente demandam a realização de atividades práticas e laboratoriais que não podem ser realizadas por meio da educação à distância.

O impacto dessa regra específica em termos de circulação de pessoas no estado de São Paulo e, por sua vez, de riscos de transmissão de Covid-19 será pequeno. Ademais, a formação em serviço de futuros profissionais da área da saúde é estratégica para o enfrentamento da Covid-19.

De acordo com essa modulação, reforçamos que a abertura deverá seguir os protocolos sanitários previamente acordados com os representantes do setor. Recomenda-se, ainda, a adoção de medidas de monitoramento (como isolamento de sintomáticos e rastreamento de contatos), para limitar a potencial disseminação da doença dentro dos estabelecimentos de ensino.

Portanto, o Centro de Contingência e a Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria da Saúde recomendam a adoção do modelo proposto.

São Paulo, 13 de julho de 2020
DR. PAULO MENEZES
 COORDENADOR DO CENTRO DE CONTINGÊNCIA DO CORONAVÍRUS
COORDENADOR DA COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 65.062, DE 13 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, visando ao atendimento de Despesas Correntes e de Capital

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 9º da Lei nº 17.244, de 10 de janeiro de 2020,

Decreto:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito de R\$ 1.200.000,00 (Hum milhão, duzentos mil reais), suplementar ao orçamento da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, observando-se as classificações Institucional, Econômica, Funcional e Programática, conforme a Tabela 1, anexa.

Artigo 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de conformidade com a legislação discriminada na Tabela 3, anexa.

Artigo 3º - Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo, de que trata o artigo 6º, do Decreto nº 64.748, de 17 de janeiro de 2020, de conformidade com a Tabela 2, anexa.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de junho de 2020.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de julho de 2020
JOÃO DORIA
Mauro Ricardo Machado Costa
 Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão
Henrique de Campos Meirelles
 Secretário da Fazenda e Planejamento
Antonio Carlos Rizeque Malufe
 Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Rodrigo Garcia
 Secretário de Governo
 Publicado na Secretaria de Governo, aos 13 de julho de 2020.

TABELA 1	SUPLEMENTAÇÃO	VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/UO/ELEMENTO/FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA	FR	GD	VALOR
10000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
10059	UNIV. ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP		
4 4 90 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍ	01	600.000,00
4 4 90 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01	400.000,00
	TOTAL	01	1.000.000,00
3 3 90 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍ	45	200.000,00
	TOTAL	45	200.000,00
	TOTAL GERAL		1.200.000,00
12.363.1039.5292	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL		
	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	01	200.000,00
	TOTAL	01	200.000,00
12.364.1043.5305	ENSINO PÓS-GRADUAÇÃO		
	PESQ. UNIV. FAC. ES	45	1.000.000,00
	TOTAL	45	1.000.000,00
	TOTAL GERAL		2.200.000,00

TABELA 2	SUPLEMENTAÇÃO	VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/QUOTAS MENSAIS/DOTAÇÃO CONTINGENCIADA	FR	GD	VALOR
10000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
10059	UNIV. ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP		
3 3 90 30	MATERIAL DE CONSUMO	01	1.000.000,00
	TOTAL	01	1.000.000,00
4 4 90 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	45	200.000,00
	TOTAL	45	200.000,00
	TOTAL GERAL		1.200.000,00
12.364.1043.5305	ENSINO PÓS-GRADUAÇÃO		
	PESQ. UNIV. FAC. ES	01	1.200.000,00
	TOTAL	45	1.200.000,00
	TOTAL GERAL		2.400.000,00

TABELA 3	MARGEM ORÇAMENTÁRIA	VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/QUOTAS MENSAIS/DOTAÇÃO CONTINGENCIADA	FR	GD	VALOR
10000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
10059	UNIV. ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP		
	TOTAL	01	1.000.000,00
	JUNHO		1.000.000,00
	TOTAL	45	300.000,00
	JUNHO		200.000,00
	TOTAL GERAL		1.200.000,00

TABELA 3	MARGEM ORÇAMENTÁRIA	VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/QUOTAS MENSAIS/DOTAÇÃO CONTINGENCIADA	FR	GD	VALOR
10000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
10059	UNIV. ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP		
	TOTAL	01	1.000.000,00
	JUNHO		1.000.000,00
	TOTAL	45	200.000,00
	JUNHO		200.000,00
	TOTAL GERAL		1.200.000,00

TABELA 1	SUPLEMENTAÇÃO	VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/UO/ELEMENTO/FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA	FR	GD	VALOR
20000	SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO		
20001	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE		
3 3 90 59	PENSÕES ESPECIAIS	01	16.000.000,00
	TOTAL	01	16.000.000,00
28.846.0000.6286	CARTEIRA DOS ADVOGADOS		
	TOTAL	01	1.000.000,00
28.846.0000.6287	CARTEIRA DAS SERVENTIAS		
	TOTAL	01	15.000.000,00
	TOTAL GERAL		16.000.000,00
20010	SUBCOORDEN. DE FISCALIZAÇÃO, COBRANÇA, ARRECAÇÃO, INTELIGÊNCIA DE D		
	AUXÍLIO - TRANSPORTE	01	8.700.000,00
	TOTAL	01	8.700.000,00
04.129.2000.5021	OPERAÇÃO TRIBUTÁRIA		
	TOTAL	01	8.700.000,00
20011	SUBCOORD. DE CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E CONTENTIOSO ADMINISTRATIVO TRIB		
	AUXÍLIO - TRANSPORTE	01	950.000,00
	TOTAL	01	950.000,00
04.129.2000.5021	OPERAÇÃO TRIBUTÁRIA		
	TOTAL	01	950.000,00

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social na Secretaria de Desenvolvimento Social, visando ao atendimento de Despesas de Capital

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 9º da Lei nº 17.244, de 10 de janeiro de 2020,

Decreto:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), suplementar ao orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social, observando-se as classificações Institucional, Econômica, Funcional e Programática, conforme a Tabela 1, anexa.

Artigo 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de conformidade com a legislação discriminada na Tabela 3, anexa.

Artigo 3º - Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo, de que trata o

artigo 6º, do Decreto nº 64.748, de 17 de janeiro de 2020, de conformidade com a Tabela 2, anexa.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de julho de 2020
JOÃO DORIA
Mauro Ricardo Machado Costa
 Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão
Henrique de Campos Meirelles
 Secretário da Fazenda e Planejamento
Antonio Carlos Rizeque Malufe
 Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Rodrigo Garcia
 Secretário de Governo
 Publicado na Secretaria de Governo, aos 13 de julho de 2020.

TABELA 1	SUPLEMENTAÇÃO	VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/UO/ELEMENTO/FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA	FR	GD	VALOR
35000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
35001	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE		
4 4 40 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	01	250.000,00
	TOTAL	01	250.000,00
08.244.3500.6367	MELHORIA CONDIÇÕES DE VIDA POP. SIT. VUL		
	TOTAL	01	250.000,00
	TOTAL GERAL		250.000,00

TABELA 2	SUPLEMENTAÇÃO	VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/UO/ELEMENTO/FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA	FR	GD	VALOR
35000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
35010	COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COED		
3 3 90 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍ	01	250.000,00
	TOTAL	01	250.000,00
08.244.0944.6196	REINTEGRAÇÃO SOCIAL E AUTONOMIA		
	TOTAL	01	250.000,00
	TOTAL GERAL		250.000,00

TABELA 2	SUPLEMENTAÇÃO	VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/QUOTAS MENSAIS/DOTAÇÃO CONTINGENCIADA	FR	GD	VALOR
35000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
	TOTAL	01	250.000,00
	JULHO		250.000,00
	TOTAL GERAL		250.000,00

TABELA 3	MARGEM ORÇAMENTÁRIA	VALORES EM REAIS	
RECURSOS DORECURSOS TESOUREO EPRÓPRIOS	FR	GD	VALOR
17244 9º III	250.000,00	250.000,00	0,00
TOTAL GERAL	250.000,00	250.000,00	0,00

DECRETO Nº 65.064, DE 13 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Secretaria da Fazenda e Planejamento, visando ao atendimento de Des